

## Reforma Universitária

# Governo Lula quer a privatização do ensino superior

Entidades estudantis e dos trabalhadores em educação denunciam que já está em curso, através de medidas do Planalto e de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, a reforma Universitária do governo Lula e do FMI. Veja, no box ao lado, as medidas já adotadas.

De acordo com estas entidades, a reforma nada mais é do que cumprimento dos desejos do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC), que há muito querem impor a mercantilização do ensino no Brasil. Na prática, isso vai resultar em aumentos nos repasses de dinheiro público para os empresários da rede privada de ensino superior e na abertura das portas para a privatização do setor em todo o país.

Amparado numa propaganda milionária, o Planalto joga pesado para obter apoio de jovens trabalhadores que vêem pouca ou nenhuma possibilidade de entrar numa faculdade federal ou estadual. Aqueles que ousam enfrentar o processo de privatização da educação superior e defendem mais investimentos em todos os níveis de ensino público são acusados de fazerem parte de "uma elite corporativa". Ou seja, o governo espalha ilu-



**Juventude reafirma:** educação é um dever do Estado

sões e mentiras para, ao mesmo tempo, preparar a entrega do ensino público.

Caso seja implementada, a reforma irá excluir milhares de jovens que, sem dinheiro, não terão como prosseguir na sua formação educacional e, por este caminho, comprometer o futuro do país. Tanto que a proposta do governo prevê o controle da produção científica e tecnológica, que se processa dentro das universidades brasileiras, passando-a às mãos do setor privado.

Portanto, a luta para impedir a aprovação da reforma Universitária é fundamental para toda a classe trabalhadora brasileira. Esta é uma luta que deve envolver a juventude e os trabalhadores, uma vez que está em jogo a defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida com a maioria da população.

## Reforma da Previdência

# Agora é a vez dos celetistas

O governo Lula fixou como meta o estabelecimento no país de uma previdência universal, igual para todos – celetistas e servidores públicos, através do corte de direitos adquiridos. No primeiro ano, atacou as conquistas dos servidores públicos, acabando com a aposentadoria integral e aumentando a idade para se aposentar (com o fim da aposentadoria por tempo de contribuição).

Agora, seu governo começa a preparar a segunda etapa da reforma previdenciária, para atacar os trabalhadores celetistas, conforme publicado na imprensa nacional no final do ano passado. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejam-

to, adianta os contornos desta nova ofensiva: fixação de idade mínima para aposentadoria (fim da aposentadoria por tempo de contribuição); desvinculação entre os valores dos benefícios e o salário mínimo para efeito de reajustes; e aumento na idade para a aposentadoria das mulheres.

Este é o conteúdo real da previdência universal do governo Lula: nivelar por baixo. Igualar servidores e celetistas através do corte de direitos e do aviltamento da aposentadoria pública, forçando a ínfima parcela que pode pagar pela complementação de suas aposentadorias a recorrer à previdência privada. Exatamente como quer e determina o FMI.

## As medidas da contra-reforma

**Prouni** – O projeto de lei 3.582/2004 (Universidade Para Todos) autoriza a compra de 10% das vagas ociosas nas universidades privadas em troca de 100% de isenção de impostos. Esse subsídio, que poderá ultrapassar R\$ 3,5 bilhões (quase mil reais mês/aluno!), permitiria a criação de mais de 1,4 milhões de vagas nas públicas.

**Novo provão** – A MP 147/2003 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que modifica a metodologia de avaliação das instituições e do desempenho dos estudantes para beneficiar as universidades que têm parcerias com empresas.

**Autonomia** – O projeto de lei 118/03 regulamenta a "autonomia" das instituições de ensino superior para buscar financiamento junto a empresas privadas, fortalecendo as fundações e contrapondo-se a uma reivindicação histórica da comunidade universitária: a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição.

**Financiamento** – A PEC 28/2003 autoriza o financiamento de bolsas e atividades de pesquisa e extensão nas instituições privadas.

**Lei de Inovação Tecnológica** – Pelo projeto de lei 7282/2002 empresas públicas e privadas poderão utilizar laboratórios e equipamentos das universidades. Além disso, professores poderão se afastar de 3 a 6 anos, com seus vencimentos, para tentar uma nova carreira empresarial.

**Ensino à distância** – A meta do governo é abrir 500 mil vagas de ensino à distância até 2006, desmontando o tripé ensino-pesquisa-extensão e ameaçando o emprego de professores e servidores.



E-mail: imprensa@sindisprevrs.org.br. **Diretores de Imprensa:** Dinara Fraga Del Rio, Vera Almeida e Cleusa Gorette. **Jornalistas:** Cláudio Wayne, Edson Silva Coelho. Colabora nesta edição: Moacyr Sebastião. **Impressão:** VT Propaganda. Tiragem: 8.000 exemplares.

**Travessa Francisco Leonardo Truda, 40. 12º andar. Porto Alegre/RS CEP 90.010-904**